

## **RELATOS DE EXPERIÊNCIAS EM EXTENSÃO POPULAR: Comunidades Tradicionais e Acesso à Justiça.**

**BELARMINO**, Hugo de Morais<sup>1</sup>  
**ANDRADE**, Daniele Gomes de<sup>2</sup>  
**PALITOT**, Tayse Ribeiro de Castro<sup>3</sup>  
**SILVA**, Maria das Dores Ferreira da<sup>4</sup>

### **RESUMO**

O presente trabalho surge a partir da experiência prática e teórica do projeto de extensão CRDH Ymyrapytã: Povos tradicionais e meio ambiente, que integra o Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba (CRDH/UFPB), e atua junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade de Rio Tinto-PB prestando um acompanhamento/assessoramento jurídico popular.

Os pequenos agricultores locais trabalham há décadas nas terras que compreendem parte do Vale do Mamanguape, mais precisamente no trecho que corta a cidade de Rio Tinto-PB, sendo esta área, uma região bastante fértil e também inserida numa Área de Preservação Permanente (APP).

Com a crescente especulação imobiliária nesta localidade, visando o desenvolvimento de atividades como a de carcinicultura, por exemplo, tais trabalhadores passaram a figurar nos pólos passivos de demandas processuais, sendo o direito e suas lacunas utilizados pelos grandes empreendedores como instrumento de repressão, fazendo, assim, emergir entre os agricultores movimentos e articulações de defesa em relação ao território, visando o reconhecimento de suas formas de ocupação e utilização das terras.

Neste contexto, é notória as violações de Direitos Humanos perpetradas no seio desta comunidade, reflexo da falha estrutural de um Estado Nacional incapaz de administrar, distribuir e proteger direitos e riquezas naturais.

---

<sup>1</sup>Docente membro do Centro de Referência em Direitos Humanos/Departamento de Ciências Jurídicas/Centro de Ciências Jurídicas, orientador no Projeto Terra e Território: Comunidades Tradicionais e Meio Ambiente pelo programa PROBEX, [hugobelmorais@gmail.com](mailto:hugobelmorais@gmail.com).

<sup>2</sup> Discente integrante do Centro de Referência em Direitos Humanos/Departamento de Ciências Jurídicas/ Centro de Ciências Jurídicas, extensionista bolsista no Projeto Terra e Território: Comunidades Tradicionais e Meio Ambiente pelo programa PROBEX, [daniele.gomes.andrade@gmail.com](mailto:daniele.gomes.andrade@gmail.com).

<sup>3</sup> Discente integrante do Centro de Referência em Direitos Humanos/Departamento de Ciências Jurídicas/ Centro de Ciências Jurídicas, colaborador/extensionista no Projeto Terra e Território: Comunidades Tradicionais e Meio Ambiente pelo programa PROBEX, [taysepalitot1@gmail.com](mailto:taysepalitot1@gmail.com).

<sup>4</sup> Discente integrante do Centro de Referência em Direitos Humanos/Departamento de Ciências Jurídicas/ Centro de Ciências Jurídicas, colaborador/extensionista no Projeto Terra e Território: Comunidades Tradicionais e Meio Ambiente pelo programa PROBEX, [mary.20@uol.com.br](mailto:mary.20@uol.com.br).

A dificuldade/inexistência de acesso à justiça para essas comunidades constitui uma das barreiras mais imponentes no combate a estas violações - entendendo este próprio acesso de maneira a abranger instituições para além do Judiciário, como, por exemplo: Ministério Público Federal, Defensorias Públicas, dentre outros -, cujo cenário se torna ainda mais fragilizado diante de uma produção normativa retrógrada (vide o novo código florestal) e de políticas públicas de meio ambiente ausentes/ineficazes ou pouco utilizadas (como o Plano de Manejo da região em questão, esbarra, atualmente, em diversas dificuldades para ser criado).

Diante do exposto, fica evidente a necessidade de se trazer à baila estas discussões pouco aproveitadas no âmbito acadêmico, e até mesmo dentro dos vários povos em condições semelhantes.

#### **REFERÊNCIAS:**

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de Quilombo, terras indígenas, “Babaçuais Livres”, “Castanhais do Povo”, Faxinais e Fundos de Pasto: Terras Tradicionalmente Ocupadas**. Coleção Tradição & Ordenamento Jurídico. Vol. 2. Manaus, PPGSCA-UFAM, 2006.